

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC SP**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JULIA TAPAJÓS DOS SANTOS**

**Utilização de métodos terroristas por grupos separatistas, o caso do Partido dos  
Trabalhadores do Curdistão (PKK)**

**São Paulo**

**2025**

**JULIA TAPAJÓS DOS SANTOS**

**Utilização de métodos terroristas por grupos separatistas, o caso do Partido dos  
Trabalhadores do Curdistão (PKK)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de  
Relações Internacionais da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial  
para a obtenção do título de **Bacharel em Relações  
Internacionais.**

Orientador: **Tomaz Paoliello**

**São Paulo**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o encerramento de um ciclo muito especial e importante na minha vida, que me permitiu me desenvolver e crescer imensamente, mas que não teria sido possível sem a participação de algumas pessoas fundamentais.

Gostaria de agradecer primeiramente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por ser um espaço tão aberto, acolhedor e democrático, dotado de um rol muito amplo de culturas, ideologias e pessoas. Agradeço especialmente por ter me proporcionado a oportunidade de fazer um intercâmbio durante a minha graduação, que foi muito importante para o meu crescimento.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Tomaz Paoliello, pela orientação e direcionamento na constituição deste trabalho, durante o último ano. Agradeço também, ao Prof. Rodrigo Amaral pela orientação paralela e também, por ter sido um dos principais responsáveis por despertar meu interesse no tema de terrorismo. Sou imensamente grata, a todo corpo docente do curso de Relações Internacionais que de alguma maneira fizeram parte da minha jornada na PUC e são responsáveis parcialmente pela minha graduação.

Agradeço aos meus amigos da PUC, que constituíram o meu dia a dia e compuseram o meu porto seguro dentro da universidade, obrigada por todos os choros, risadas, trabalhos e principalmente obrigada por sempre me acolherem. Agradeço também, aos meus amigos externos da faculdade, que mesmo de longe sempre me apoiaram e torceram pelo meu sucesso.

Agradeço fundamentalmente à minha família, por sempre terem me incentivado a estudar e a persistir nos meus sonhos, mesmo diante das dificuldades, vocês foram essenciais. Agradeço à minha mãe, às minhas avós, às minhas tias e ao meu padrasto por todo o apoio financeiro e emocional durante toda a minha vida e principalmente durante esses últimos quatro anos. Mas agradeço especialmente ao meu pai, por ter sido o responsável pelo início, meio e fim da minha graduação e do meu intercâmbio, nada disso seria possível sem o seu apoio.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central entender a formação e atuação internacional do grupo insurgente, Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que surgiu na Turquia, inicialmente com o intuito de criar um Estado nacional Curdo. Para tanto, serão explorados os métodos de terrorismo utilizados pelo grupo e contra eles (contraterrorismo), frente a repressão do governo turco, bem como, de que maneira a denominação de um ator como terrorista – conceito de *labelling* – confere ao Estado uma maior margem para utilização de métodos violentos de contenção, bem como deslegitima a causa. Além disso, também será explorado o processo de transformação interna que este grupo sofreu, bem como seus meios de financiamento. Ademais, serão analisadas as características peculiares do grupo, como a liderança feminina nas lutas armadas. A metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa será a realização de uma revisão bibliográfica, que se dará através da análise de artigos acadêmicos, livros e reportagens sobre o assunto, adotando uma postura crítica frente à literatura explorada. O

**Palavras-Chaves:** PKK; Turquia; Terrorismo, Curdos, Labelling.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze the formation and international engagement of the insurgent group known as the Kurdistan Workers' Party (PKK), which emerged in Turkey with the initial objective of establishing a Kurdish nation-state. To achieve this, the study will examine both the terrorist strategies employed by the group and the counterterrorism measures implemented in response, particularly within the context of Turkish state repression. Moreover, it will assess how the classification of an actor as a "terrorist" — drawing on the concept of labelling — enables the state to justify the use of coercive and violent means of suppression, while simultaneously delegitimizing the group's political claims. The research will also explore the PKK's internal transformations over time, its mechanisms of financing, and the group's distinctive features, such as the significant participation of women in armed combat. Methodologically, the study will be based on a comprehensive literature review, involving the critical analysis of scholarly articles, books, and journalistic sources relevant to the topic.

**Key Words:** PKK; Turkey; Terrorism, Kurdish, Labelling.

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO .....	7
<b>1. O PKK: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANTECEDENTES</b>	
1.1 A história do povo curdo e o início da luta por um Estado .....	9
1.2 Formação e atuação do grupo.....	11
<b>2. ESTRUTURA INTERNA E A TRANSFORMAÇÃO NAS DIRETRIZES</b>	
2.1 Redes de financiamento do grupo .....	14
2.2 Transformação interna e as novas diretrizes do PKK .....	17
2.3 O papel das mulheres na organização .....	19
<b>3. O PAPEL DO TERRORISMO NO PKK</b>	
3.1 Como o terrorismo se apresenta na organização .....	22
3.2 Contraterrorismo turco e as consequências para o PKK .....	24
3.3 “Labelling” e seus efeitos na luta curda .....	28
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>31</b>
<b>5. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

É fato que o terrorismo é um tema constantemente explorado pela mídia mundial e pelos Estados, principalmente após o ataque de 11 de setembro aos Estados Unidos e o início da Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT). Apesar deste ser um dos casos mais conhecidos sobre ataques terroristas, existem muitos outros casos ao redor do mundo, que adotam diferentes facetas, possuindo características particulares dependendo do ator e do objeto do ataque. Um exemplo latente disso, são os grupos separatistas que se utilizam de métodos terroristas para atingir os seus objetivos políticos, utilizando-se do ataque como estratégia. Esta pesquisa procura explorar e entender a formação e atuação internacional do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), e de que maneira ele se utiliza de diferentes tipos de métodos terroristas com intuítos políticos. Na mesma medida, esta pesquisa também procurará analisar os efeitos sociais e políticos da rotulação de um grupo de pessoas e/ou de um ato como “terrorista”. Ademais, também será explorado a transformação ideológica e o redirecionamento político pelo qual o grupo passou, bem como papel que as mulheres ocupam na organização. A importância desse estudo sobre o PKK se torna ainda mais evidente, considerando sua recente declaração de finalização das atividades do grupo, enquanto organização política e social.

Primeiramente, devemos definir o que é terrorismo. Apesar de haver uma vasta compreensão do que é o terrorismo e as diferentes faces que este pode adotar, este pode ser definido de maneira geral, como sendo um “Método psicológico inspirador de repetidas ações violentas empregadas por indivíduos, Estados, grupos organizados por razões políticas, segundo as quais, ao contrário do assassinato, os alvos diretos da violência não são as principais metas” (NASSER, 2010). Nesse sentido, é evidente o motivo pelo qual o PKK e outros grupos separatistas, se utilizam dessa forma de violência como estratégia, já que por ser um grupo insurgente não possui os mesmos meios que um Estado, então o objetivo dos ataques terroristas é que o terror aflija o maior número de pessoas, reproduzindo o seu poder através da “propaganda” e conseqüentemente se opondo ao Estado.

Além disso, é imprescindível entender as raízes da causa curda, quem é e como surgiu o PKK. A questão da luta curda pelo estabelecimento de um Estado nacional é algo que remonta ao tempo do Império Otomano e das lutas árabes, quando a região da mesopotâmia foi conquistada pelos árabes, os curdos já ocupavam aquele território e partir de então, observa-se o surgimento dessa população como atores relevantes na região. Nesse sentido, é notório o aumento das tensões regionais ao longo dos anos, principalmente com a instituição do Estado turco, o que criou um terreno fértil para o surgimento de grupos separatistas como o PKK. O

grupo surgiu durante os anos 70, a princípio como um movimento radical de esquerda, formado por um grupo de estudantes, tendo como líder e símbolo do movimento Abdullah Öcalan. O objetivo inicial da organização era o separatismo da região sudeste da Turquia e o estabelecimento de um Estado Nacional Curdo. Isso porque, a população curda é uma das maiores populações do mundo sem um Estado, compondo cerca de 20% da população turca (aproximadamente 72 milhões de pessoas) e estando presente também em outros países como Iraque, Síria, Irã e Armênia (TEYMUR E SMITH, 2008). Adicionalmente, ao longo do tempo o grupo também desenvolveu frentes criminosas com o objetivo de financiar seus ataques e manter os seus membros, possuindo uma forte presença na Europa e no Oriente Médio.

Ademais, também serão explorados neste trabalho, os efeitos do “labelling”, conceito desenvolvido pelo autor André Barrinha, em sua obra *The Political Importance of labelling: terrorism in Turkey's discourse on the PKK*. Isto é, procura-se entender de que maneira a rotulação do “terrorismo” promove a deslegitimação e despolitização dos grupos políticos que se utilizam de táticas terroristas, principalmente no que tange o discurso turco contraterrorista e a luta curda pelo estabelecimento de um Estado nacional. Em consonância, também será explorado o papel do separatismo no surgimento e desenvolvimento do PKK, ou seja, de que maneira a supressão sistemática dos direitos do povo curdo dentro da Turquia gerou o surgimento de um grupo separatista que se transformou em uma organização terrorista, com uma composição interna extremamente complexa e com a sua própria rede de financiamento através do crime organizado internacional, lavagem de dinheiro, empresas de fachada, conexões com outras organizações criminosas e Estados, entre outros.

Nesse sentido, considerando o valor contemporâneo da insurgência do Partido dos Trabalhadores do Curdistão e a sua relação com o terrorismo, esta pesquisa se justifica principalmente por focar-se em investigar objetos não tão explorados pela literatura global, mas que ainda são muito latentes na sociedade atual, especificamente no que tange a atuação do PKK na Turquia e a situação em que a população curda vive ao redor do mundo. O objetivo geral dessa pesquisa é, através de materiais empíricos, majoritariamente provindo de artigos acadêmicos e reportagens, além de experiência acadêmicas prévias, realizar uma revisão bibliográfica sobre o PKK, focando principalmente na formação e atuação internacional do grupo, explorando os diferentes tipos de terrorismo utilizados por eles e contra eles (contraterrorismo). Além disso, também será explorada a rotulação de grupos como “terroristas”, como uma estratégia política do Estado, seguida de ações de cunho contraterrorista, que legitimam o uso extremo da força.

Os objetivos específicos se referem inicialmente a entender de que maneira se deu a formação do PKK e o contexto histórico da luta curda, isto é, entender as condições de vida do povo curdo na Turquia, que engloba a falta de direitos básicos, como liberdade de expressão, linguística, cultural, política, religiosa, entre outras, de maneira em que, busca-se entender de que forma a inserção deste povo dentro de uma sociedade hostil, que os rejeita, foi responsável pela formação de um grupo insurgente terrorista. Em segundo plano, há uma tentativa de entender o sistema de organização e manutenção do grupo, ou seja, sua formação de poder. Por fim, pretende-se entender a formação e atuação internacional do PKK, suas redes de financiamento e o papel do terrorismo nessa questão, de acordo com o *lablleing*.

Desta maneira, este trabalho se dividirá em quatro principais capítulos, que estão divididos em oito subtemas. O primeiro capítulo, visa realizar uma contextualização a respeito do tema, trazendo as raízes históricas da luta curda, desde os primórdios do Império Otomano e introduzindo a formação e atuação do PKK. O seguinte capítulo, visa analisar a estrutura interna do grupo e a significativa transformação que foi observada em suas diretrizes a partir dos anos 2000, deste modo, serão analisados nessa sessão as redes de financiamento da organização, bem como o papel das mulheres no PKK. Por conseguinte, a próxima sessão busca compreender o papel do terrorismo dentro do grupo, como este se apresenta e como este é combatido pelas forças turcas através de estratégias contraterroristas, ademais, esta sessão também analisará o papel do *labelling* e como a rotulação do terrorismo e a instrumentalização desta palavra como estratégia política afeta a causa curda. Por fim, será realizada uma conclusão, onde serão analisados os resultados e padrões observados durante essa pesquisa, promovendo a elucidação de possíveis questões levantadas durante a realização deste trabalho, bem como conclusões pessoais.

## **1. O PKK: CONTEXTUALIZAÇÃO E ANTECEDENTES:**

### **1.1 A história do povo curdo e o início da luta por um Estado**

Para entender melhor a questão curda e a insurgência do PKK, primeiramente é necessário analisar as raízes históricas e sociais do problema. A população curda é uma das mais antigas do mundo, ocupavam inicialmente a região da mesopotâmia – que hoje em dia se refere aos territórios do Iraque, Síria, Armênia, Turquia e Irã – que é muito conhecida por ser uma região extremamente fértil, onde eles possuíam sua presença mais significativa nas montanhas de Zagros e Taurus. Foi a partir da conquista árabe da região, que se assiste à insurgência das tribos curdas como atores relevantes. É possível caracterizar esse período como uma dominação

relativamente pacífica, através da qual os curdos se submeteram ao exército e à religião árabe, mas mantendo certa autonomia em relação à estrutura política e às práticas culturais (CAMPOS, 2017 p. 9). A composição da população curda era majoritariamente de camponeses e nômades, que viviam migrando entre as regiões, possuindo uma estrutura social e política tribal, baseada em laços familiares e religiosos, sendo um povo extremamente dividido internamente (entre tribos, religiões e línguas diferentes), representando assim a falta de uma identidade e unidade interna, que os acompanharia pela maior parte de sua trajetória na ascensão do mundo moderno (CAMPOS, 2017 p. 10).

É fato que o Império Otomano teve uma influência muito significativa no que tange o desenho das fronteiras do Oriente Médio e o estabelecimento do equilíbrio da região. No século XVI, frente a vitória dos otomanos contra os persas, através do Tratado de Zhab (1639-1914), estabelece-se uma nova divisão das fronteiras, tendo agora a região do leste da Anatólia e da atual Síria e Iraque, região extensamente ocupada pelos curdos, sob domínio do Império Otomano. Apesar disso, após essa nova organização da região, observa-se um longo período de paz na região curda, que duraria 300 anos, já que devido à falta de meios de controle os otomanos optaram por manter uma cooperação pacífica com os líderes tribais curdos, o que lhes conferiu uma grande autonomia (CAMPOS, 2017 p. 11). Foi no início do século XIX que os sinais de declínio do Império Otomano começaram a surtir um efeito negativo na região, já que a iminência de invasão das potências europeias, somada à crise econômica provocada pela falta de desenvolvimento tecnológico e industrial, levaram as lideranças da região do “Curdistão” turco a iniciarem sua busca por autonomia, através de um ataque à capital do império (CAMPOS, 2017 p. 11). A partir disso, dá-se início a uma série de incursões curdas e à um período de conflitos e disputas entre as lideranças regionais, sendo a segunda metade do século XIX marcada por um intenso desequilíbrio para os curdos, após a reação violenta do império, de supressão das províncias semi-independentes do “Curdistão”.

É com o declínio do Império Otomano no século XX, que se observa a insurgência de um nacionalismo curdo, que passou por intensas transformações ao longo dos anos. Uma das características mais marcantes do nacionalismo curdo se refere à tendência “autonomista” e “separatista” para com a República Turca, que apesar de não reivindicar uma autonomia territorial, reivindicava a identidade curda e a liberdade de expressão linguística e cultural/social (CAMPOS, 2017 p. 15). Ao longo dos anos, esse movimento foi crescendo e atraindo mais adeptos, em paralelo, os movimentos turcos de repressão e leis de assimilação étnica também sofreram um aumento. A Primeira Guerra Mundial teve um efeito crítico para os curdos, que assistiram sua população ser reduzida significativamente e como efeito, as

facções curdas voltaram a reivindicar seu direito de autonomia através de diversas tentativas de acordo, malsucedidas. Essa questão fica muito explícita em uma passagem de uma fala do líder do PKK Abdullah Öcalan, que diz:

Após a queda dos otomanos, o Curdistão foi repartido mais uma vez, agravando assim a atmosfera de violência. As potências imperialistas emergentes, Inglaterra e França, redesenharam as fronteiras do oriente médio, entregando assim o Curdistão ao domínio da república turca, do trono iraniano e do regime sírio-francês. (OCALAN,2008 apud CAMPOS, 2017).

Nesse sentido, observa-se que o período pós-guerra, foi marcado pela intensificação das tentativas de assimilação do governo turco, através do deslocamento forçado, proibição de expressões culturais, religiosas e linguísticas, bem como repressão violenta contra as insurgências curdas. Todas essas questões somadas, em paralelo com um histórico de luta por autonomia, que entre outros motivos, levaram ao surgimento e desenvolvimento do PKK, o que será explorado mais detalhadamente no próximo tópico.

## **1.2 Formação e atuação do grupo**

Para entender o processo de formação do PKK, primeiramente é necessário olhar para os fatores políticos internos da Turquia. É fato que quando se trata do grupo, existe uma quantidade desigual de literaturas produzidas a respeito de seu caráter, sendo que a maioria os classifica como um grupo terrorista e criminoso e algumas literaturas mais recentes, revelam o caráter revolucionário e de resistência da organização, bem como observa-se uma discrepância no discurso a respeito de sua formação. É de suma importância entender que as diversas mudanças internas as quais a Turquia sofreu ao longo dos anos, impactou significativamente o PKK, bem como a população curda. Dos golpes mais liberais aos golpes mais autoritários que o país sofreu, bem como o impacto da queda da URSS e com ele o rompimento com uma constância do discurso de esquerda, foram moldadas as bases para o surgimento e desenvolvimento do PKK (CAMPOS, 2017 p. 19). O nítido afastamento dos líderes curdos das posições de poder no governo turco, bem como a marginalização cada vez maior dessa população – que vivia majoritariamente nos campos e possuía uma posição subsidiária na sociedade turca – promoveu ao longo do tempo a percepção de uma identidade curda, diferente daquela que era majoritária na sociedade e assim insemou uma ideia de separatismo.

Foi com o golpe de Estado de 1971 na Turquia, que a repressão contra as forças de esquerda se intensificou ainda mais, propiciando o cenário perfeito para o surgimento da organização que no futuro viria a ser o PKK. Essa organização, inicialmente de caráter estudantil, se chamava AYOD (Associação de estudantes do ensino superior de Ankara), e em

menos de um ano após a sua formação viria a ser criminalizada pelo governo turco (CAMPOS, 2017 p. 21). Seus membros defendiam os direitos curdos e tinham como intuito formar um espaço aberto para discussões sobre o assunto, estabelecendo assim, as bases para que o PKK pudesse surgir e se desenvolver. Com esse golpe, deu-se início a uma série de ações de “segurança” no norte da Anatólia (região majoritariamente habitada por curdos), promovendo a adoção de medidas repressivas e uso extremo de violência para com a população, tendo como intenção reprimir os movimentos contrários ao governo (CAMPOS, 2017 p. 22). No entanto, foi apenas em 1978 que o PKK foi de fato fundado e em menos de 10 anos de formação (1984) o grupo declarou guerra contra o Estado Turco.

A estratégia inicial do grupo consistia basicamente em duas vertentes principais, uma voltada para atuação com a população, que consistia em ganhar seu apoio através da luta contra a exploração camponesa e paralelamente recrutar jovens para compor a organização. A outra consistia na disputa com as demais organizações que ocupavam a região, se revelando através de combates armados pela espacialidade territorial e por divergências ideológicas. (CAMPOS, 2017 p. 23). Ao longo dos anos, as disputas entre o governo turco e o PKK foram apenas se intensificando, o que causou um extremo impacto na população curda bem como na turca e o grupo sofreu um exílio forçado por alguns anos, na Síria. Isso porque, com as intensas disputas entre as organizações de esquerda, o então líder turco da época, general Evren, operou mais um golpe no Estado turco, que abre espaço para uma maior repressão militar para com os dissidentes, através da criação de um Conselho Militar de Segurança Nacional, que extingue diversas instituições, bem como direitos políticos. Além disso, observa-se um aumento na violência do Estado, com diversos atos de tortura e prisão indiscriminada (CAMPOS, 2017 p. 25). Após a declaração de guerra do grupo contra o Estado da Turquia, a resposta do governo foi a implementação de milícias locais que os apoiassem e estas foram implementadas nas tribos curdas que se alinhavam com o PKK, além disso utilizavam-se da violência e da coerção para aumentar a adesão à causa turca. Em consonância, uma série de medidas assimilativas foram aplicadas contra a população curda, como a proibição da utilização da língua curda, bem como nomes de origem curda, como uma tentativa de apagar sua existência (CAMPOS, 2017 p. 26).

Nesse sentido, observa-se que o surgimento e desenvolvimento do PKK se justifica principalmente pela falta de espaço político e social da população curda dentro da sociedade, já que este é um povo unido pela raça, cultura e linguagem, se distinguem dos países aos quais ocupam, o que dificulta a sua integração regional. Nessa medida, principalmente no que tange o governo turco, observa-se diversas tentativas de assimilação deste povo, através da supressão sistemática de seus elementos culturais e identitários, paralelamente à repressão e uso de

violência. Essa situação criou o ambiente perfeito para o crescimento do PKK, que se utiliza majoritariamente de táticas terroristas para atingir os seus objetivos políticos, tendo como um de seus métodos o terrorismo étnico, com o intuito de mobilizar a população curda em prol da causa (TEYMUR E SMITH, 2008 p.135).

Adicionalmente, dada a proporção da causa curda e o alto crescimento que o PKK tem obtido nos últimos anos, observa-se o desenvolvimento de uma estrutura interna bastante complexa, bem como a criação de alianças para além das fronteiras turcas e o desenvolvimento de uma rede de financiamento, majoritariamente baseada em atividades ilícitas. Assim, através do alto nível de organização e divisão interna, o grupo foi capaz de desenvolver sua própria rede de financiamento, estabelecendo relações com países e organizações, bem como com a mídia. Além disso, o grupo passou por uma significativa transformação ideológica durante os anos 2000, tendo um redirecionamento político de suas diretrizes, agora não mais voltado para o estabelecimento de um Estado nacional curdo, mas pelo estabelecimento de um “confederalismo democrático” entre a população.

Ademais, é interessante notar as diferentes visões que existem dentro da literatura a respeito do tema de formação e desenvolvimento do PKK, já que existe uma grande divergência de pensamento entre os estudiosos. Um exemplo latente disso, são os autores das duas obras abordadas nesse tópico, que apresentam visões extremamente opostas no que tange as ações do governo turco para com os curdos, um exemplo disso é uma passagem da obra de Teymur e Smith que diz: “As a counter strategy to the PKK terrorism and in order to prevent aggression upon the property and lives of the villagers, the Turkish government established "temporary village guards" in areas where activities of violence required a state of emergency and a close watch.” (TEYMUR & SMITH, p.21). Esse trecho se refere à época de 1980, quando o general Evren declarou um golpe de Estado na Turquia, que foi seguida de uma série de medidas repressivas contra a população curda, bem como pela criação de milícias, que enquanto é vista por Campos como medidas assimilativas e repressivas – como abordado à cima – é vista por Teymur e Smith como medidas necessárias, de defesa do governo turco. Com isso, é possível observar a importância que o discurso possui na representação de um povo e/ou história, principalmente quando tratamos de grupos terroristas e revolucionários, que enquanto para uns estes são seus heróis e protetores, para outros representam a disrupção da ordem e da segurança nacional, sendo uma ameaça para o Estado.

## 2. ESTRUTURA INTERNA E A TRANSFORMAÇÃO NAS DIRETRIZES

### 2.1 Redes de financiamento:

As diversas medidas repressivas de caráter anti-terrorista adotadas pelo Estado turco para com o PKK e com a população curda, criaram um ambiente propício para que o grupo, ao longo do tempo, se desenvolvesse para além das fronteiras turcas, abandonando a posição unicamente de grupo insurgente separatista e adquirindo a posição de ator internacional. Isso porque, o PKK enquanto organização apresenta diversas características particulares em sua formação interna, que o permitiram criar uma rede muito vasta e sólida ao redor do mundo. Visto que, para além de um grupo separatista, o PKK desenvolveu frentes criminosas, através da qual eles mantêm os seus membros, munições e financiam os seus ataques. Isso lhe permitiu não só criar relações com outros países e organizações criminosas, como expandir os seus negócios e consequentemente a atrair novos membros em prol da causa. Isso se dá principalmente, devido à posição estratégica em que a Turquia se localiza, sendo um meio fácil para o desenvolvimento das atividades internacionais do crime organizado, como o tráfico de drogas, de pessoas, e imigração ilegal. Dessa forma, a Turquia torna-se a principal rota de tráfico internacional no eixo Europa-Ásia, sendo a maior parte controlada pelo PKK. Além disso, o grupo exerce uma forte presença na Europa principalmente, através do tráfico de heroína, ademais, possui outros ramos e empresas ao redor do mundo como a Med TV Broadcasting Company, que foi acusada de ser uma frente do PKK para lavagem de dinheiro (TEYMUR & SMITH, 2008).

A presença internacional do PKK, principalmente na Europa possui uma forte relação com a quantidade de pessoas de origem curda que residem na região, o que promoveu um ambiente fértil para o desenvolvimento e estabelecimento do grupo. Esse fato é explicitado pelos autores Samih Teymur e Cindy Smith em sua obra *The PKK*:

The current organizational structure of the PKK and the existence of immigrant Kurdish communities in European countries have provided an environment and strategic transit point for transnational organized crime activities, especially for drug trafficking that has proved particularly attractive business for the PKK (TEYMUR E SMITH, 2008 p.69)

Dessa maneira, o crime transnacional e o tráfico de drogas se tornou a principal fonte de renda do grupo, tendo sido listado pelo The Annual Dayton Model United Nations Conference (DAYMUNC) e pelo Counter Terrorism Committee (CTC) como uma das principais organizações terroristas envolvidas no tráfico internacional de drogas, o que mostra a profundidade de seu envolvimento.

Na mesma medida, Mitchel Roth e Murat Sever em sua obra *The Kurdish Workers Party (PKK) as Criminal Syndicate: Funding Terrorism through Organized Crime, A Case Study*, tentam enquadrar o grupo no conceito de Crime Organizado Internacional, já que segundo eles, o PKK preenche a maioria dos requisitos desse tipo de organização, sendo eles: utilização de violência, tráfico de bens e serviços ilegais, é bem organizado e hierárquico em sua estrutura, está envolvido em diversas atividades ilícitas, se utiliza da intimidação e corrupção e está altamente envolvido no tráfico de drogas (ROTH & SEVER, 2014 p.903). Apesar disso, os autores reconhecem que mesmo que as organizações criminosas e os grupos terroristas possuam convergências em alguns sentidos, eles ainda se diferenciam em fatores essenciais, como o fato de que o terrorismo transcende os atos ilícitos tendo por trás disso motivações políticas, enquanto o crime organizado possui como principal foco os ganhos financeiros. Além disso, no que tange a mídia internacional e as relações governamentais, as organizações criminosas preferem manter um *status quo* e um perfil mais reservado, enquanto as organizações terroristas se utilizam de seus ataques como forma de expandir a sua causa.

Os motivos pelos quais grupos como PKK acabam se inclinando para atividades ilícitas para conseguir financiamento são diversos, mas na maioria das vezes está relacionado com o fato de estes serem grupos autônomos e que lutam por uma causa que não é majoritária, ou seja, pela liberdade de uma minoria, nesse caso da população curda na Turquia. Isso porque, na maioria das vezes eles não recebem financiamento do Estado, muito pelo contrário, são alvo de perseguição deste. Apesar de o artigo apresentar notáveis esforços para enquadrar o PKK como uma organização internacional criminosa e que de fato possui fundamentos devido à magnitude de atuação do grupo, o artigo falha em reconhecer que para além disso, o grupo nasceu e cresceu com o objetivo principal de libertação do povo curdo. Ao afirmar que a criação de um Estado curdo nunca foi o objetivo final do grupo e sim espalhar o socialismo pela região – devido às bases ideológicas Marxista-leninistas – os autores acabam contribuindo para a deslegitimação e apagamento da causa curda. Além disso, eles também afirmam: “Apo’s own background makes him ill suited to assume the mantle of Kurdish leader ... all his communications with his followers have been in Turkish”, se referindo ao líder do grupo Abdullah Öcalan e ao fato de que sua forma de comunicação com os seguidores do grupo não é feita através da língua curda e sim turca. Considerando que desde o estabelecimento do Estado Turco, a população curda tem sido suprimida e privada de direitos básicos, como a expressão cultural, linguística, religiosa e social, além de serem altamente perseguidos, como uma estratégia de contraterrorismo aplicada pelas autoridades do país, é improvável que o líder do grupo

possuísse algum sucesso ao tentar se comunicar com seus seguidores através da língua curda, já que este povo foi por muito tempo proibido de praticá-la.

Ainda que ambos os textos de Teymur & Smith e Roth & Sever tratem do mesmo assunto, ou seja, de identificar as frentes criminosas internacionais que ajudam a financiar os atos do PKK, as obras possuem uma abordagem distinta sobre o assunto. Enquanto o primeiro possui uma abordagem mais histórica, voltando às raízes do surgimento do grupo, focando na construção da ideologia, em sua estrutura interna extremamente complexa e em suas estratégias, trazendo um viés mais estratégico e político, o segundo traz uma abordagem criminológica e econômica, fornecendo dados sobre as redes de tráfico e de lavagem de dinheiro associadas ao PKK. Considerando a complexidade interna do grupo, para entender melhor o seu funcionamento e desenvolvimento, é necessário considerar as suas raízes históricas e o início da luta curda, para assim possuir uma visão mais ampla do assunto, já que obras extremamente focadas na questão financeira e na frente criminosa do grupo podem fornecer uma visão limitada sobre o assunto.

Ademais, observa-se no texto uma forte presença de ferramentas do “*labelling*”, ou seja, da tentativa de enquadrar um grupo de ramificações diversas em um conceito limitado, que fornece uma visão restrita sobre o assunto. Isso porque, ao olhar para o PKK pelas lentes do crime organizado os autores favorecem a predominância de uma narrativa específica, que cumpre com agendas políticas que visam deslegitimar o grupo, ou seja, conferir ao PKK um caráter de crime transnacional, favorecendo a visão de que eles são rebeldes e disruptores da ordem, que possuem como único e principal objetivo desestabilizar o governo turco e esconde o fato de que a organização defende e luta pelos direitos da população curda. Essa mesma questão é observada quando tratamos sobre o papel do terrorismo na organização, já que o termo “terrorista” também carrega uma série de conotações negativas que contribuem para a construção de um imaginário negativo a respeito do grupo e da causa curda. Isso porque, assim como o Crime Organizado Internacional não possui uma única definição aceita, o “terrorismo” passa pelo mesmo processo, o que permite uma margem ampla para a utilização deliberada desses termos de forma estratégica. Essa questão fica muito explícita em uma passagem da obra de Anais Chagankerian que irá ser discutida mais a fundo posteriormente, que diz: “The actor labelled as terrorist symbolizes the bad, the evil, whereas the labelling actor represents himself as the righter of wrongs” (CHAGANKERIAN, 2013 p.2), que mostra o processo de invalidação dos atores terroristas e de suas causas, pela rotulação do terrorismo, assim como acontece com a questão do crime transnacional e o seu papel dentro dos grupos insurgentes

## 2.2 Transformação interna do PKK e as novas diretrizes do grupo:

Como já abordado nessa pesquisa, o PKK possui uma estrutura interna bastante complexa e mesmo sendo uma organização relativamente recente, já passou por algumas transformações. Dentre elas, vale destacar que após alguns anos na luta pela libertação nacional e pelo estabelecimento de um Estado curdo, o grupo redirecionou sua estrutura para a adoção de um novo projeto de “democracia radical” que rejeita o estabelecimento de um Estado. Sendo assim, a adoção desse novo projeto político tem como base o conceito de política radical de acordo com o Marxismo, tendo como seus três pilares o estado, a classe e o partido, e o pensamento político radical que se revela como sendo um projeto que ultrapassa o Estado, as organizações políticas que ultrapassam o partido e a subjetividade política para além classes sociais (AKKAYA & JONGERDEN, 2012). Partindo desse princípio, observa-se a reformulação do conceito de “democracia radical” que passou a ser adotado pelo grupo e por outras democracias liberais.

A análise de Ahmet Hamdi and Joost Jongerden em sua obra *Reassembling the Political: The PKK and the project of Radical Democracy*, baseado nos estudos de Michael Hardt e Antonio Negri (2004, 2009), defendem que a democracia ainda continua como um projeto inacabado e tentam constituir um novo conceito através da ideia de soberania popular, ou seja, o poder viria através do povo, para o povo, sem nenhuma autoridade acima deles. Nesse sentido, os autores argumentam que existe um caráter subversivo da democracia que está diretamente relacionado ao fato de este ser um projeto ainda incompleto na era moderna e que foi apenas através da luta popular que as minorias (mulheres, sem-terra e não-brancos) que passaram a ser incluídas na sociedade. Sendo assim, esse novo caráter da democracia estaria diretamente relacionado à representação popular, como argumentado por Akkaya e Jorgerden: “The second is related to (political) representation, or the separation of sovereign power from society that is embedded in the concept of representation: ‘When power is transferred to a group of rulers, than we all no longer rule, we are separated from power and government’ (HARDT and NEGRI 2004: 244, apud AKKAYA & JONGERDEN, 2012).

Dessa maneira, os autores defendem que apenas a luta entre identidades e singularidades não são condições suficientes para uma revolução, é necessário que haja uma mudança na organização da sociedade e principalmente no processo de tomada de decisão, criando um novo tipo de poder, pois não há espaço para soberania de um poder centralizado dentro da luta revolucionária. Isso porque, a luta deve começar através da identidade, mas não terminar nela, ou seja, não deve existir uma ruptura entre a identidade política e a política revolucionária, mas

uma associação entre elas, baseado na reapropriação da identidade, na luta contra as estruturas de dominação (utilizando a identidade como uma arma de libertação) e por último a abolição do conceito de identidade como um todo (AKKAYA & JONGERDEN, 2012). Com isso, observa-se uma clara conexão entre o projeto de democracia radical do PKK e o argumentado pelos autores, já que o conceito de luta social compõe uma parte importante do discurso do grupo, instrumentalizando a violência como forma de materialização de seu projeto político.

A partir disso, durante os anos 2000, observa-se uma transformação no discurso da organização, que estava passando por uma reformulação interna através da adoção do conceito de democracia radical como diretriz principal, argumentando que a partir de então a nação não seria mais definida com base na etnicidade ou na língua, mas no conceito de cidadania (AKKAYA & JONGERDEN, 2012). Isso porque, essa reformulação foi baseada nos discursos escritos por Öcalan, que mesmo em seu período de aprisionamento continua sendo o líder do grupo e constitui a base ideológica da organização. Ele acredita que o Estado e as sociedades modernas têm sido os responsáveis pela destruição do povo curdo e portanto, a libertação curda só poderia ser alcançada através da expansão da democracia e não através do estabelecimento de um Estado nacional.

Sendo assim, Öcalan desenvolveu um novo conceito de democracia na forma de um confederalismo democrático, com base nas práticas da sociedade Neolítica, em que os valores comunitários não puderam ser destruídos pelo desenvolvimento da hierarquia e que eram baseados na socialização através do gênero, preservação da natureza, comunalidade e solidariedade (AKKAYA & JONGERDEN, 2012). Nessa forma de organização, a sociedade seria estruturada como independente através do estabelecimento de assembleias nos vilarejos, nas cidades e nas regiões, sendo um “auto-governo democrático”. Dessa maneira, o relacionamento entre as pessoas não seria baseado em uma autoridade central e assim independente de onde os curdos residam o confederalismo democrático seria o mecanismo de unificação entre eles, dispensando a existência de um território unitário, podendo fazer essa forma de governo (e consequentemente os curdos) serem reconhecidos, mesmo que os Estados não os reconheçam enquanto soberanos (AKKAYA & JONGERDEN, 2012).

Na mesma medida, Joost Jongerden em sua outra obra *Colonialism, Self-Determination and Independence: The New PKK Paradigm* analisa as influências do colonialismo turco sobre a população curda e as consequências disso para a nova forma de organização interna do PKK. O autor defende que o estabelecimento da autodeterminação curda como um dos principais pilares ideológicos do grupo não necessariamente determina a necessidade de existência de um Estado, mas sim a capacidade das pessoas de se autogovernarem, como também argumentado

por Akkaya e Jongerden. Isso porque, de acordo com as visões do PKK a relação entre os curdos e a Turquia é determinada por anos de colonização e ocupação, sendo marcada por políticas assimilativas, exploração econômica e repressão militar, visão esta que é explicitamente rejeitada pelas autoridades turcas. O autor também traz em sua obra alguns pontos de oposição sobre essa visão colonialista, como por exemplo através da citação de algumas passagens de artigos do jornalista Dev-Yol sobre a questão curda, em que ele defende o status de “não-colonizador” da Turquia e que a população curda deveria organizar a sua luta com base na identidade de classe e não na sua posição de colonizado e de identidade étnica.

Ademais, o autor defende que existe uma clara conexão entre a descolonização e o direito de autodeterminação dos povos, ou seja, o direito de comandarem seu próprio destino, o que torna essa questão curda ainda mais complexa, já que o processo de libertação nacional e unificação deveria ocorrer entre os quatro países aos quais essa população ocupa – Turquia, Iran, Iraque e Síria. Considerando isso, observa-se um questionamento interno do grupo em relação ao estabelecimento da luta curda, principalmente com os novos posicionamentos de Öcalan, que promoveu um redirecionamento ideológico na organização, já que a partir da Guerra Fria e o embate entre as superpotências (EUA e Rússia) a questão da construção de um Estado nacional e autodeterminação se torna ainda mais latente no contexto global.

Nesse sentido, ele passa a argumentar que existe uma relação direta entre a construção de um Estado e a assimilação e homogeneização dos povos por parte dele, paralelamente à securitização. Assim sendo, esse novo discurso do PKK se materializa através da adoção de ideias como “autonomia democrática” e “confederalismo democrático”, em que a população organizada em comunidades autônomas faz o seu próprio governo, como explicitado na passagem: “The people are to be directly involved in the decisionfinding process of the society. This project relies on the self-government of local communities and is organized in the form of open councils, town councils, local parliaments and larger congresses” (ÖCALAN, 2014 apud JONGERDEN 2016). Essas ideias, em consonância com o que foi escrito anteriormente por Jongerden e Akkay, mostram a profundidade dessas transformações e a importância disso para a continuidade e desenvolvimento do PKK e da luta curda.

### **2.3 O papel das mulheres na organização:**

Diante das diversas particularidades do PKK, dentre elas está o papel central que as mulheres ocupam na organização. Através da utilização da ideologia Marxista-Lennista como base principal de construção do discurso do grupo, através do *Confederalismo Democrático*, observa-se particularmente a integração de um ponto fundamental do socialismo, que é a

oposição à desigualdade e a reorganização da sociedade através uma revolução para transformar as estruturas da sociedade secular curda, o que só poderia ser atingido através da participação feminina no processo de libertação do povo (HANER, CULLEN E BENSON, 2019 p.7). Sendo assim, o líder do grupo, Abdullah Öcalan (ou “Apo”) emprega em seus discursos uma ideologia particularmente feminista, rejeitando o sistema patriarcal tradicional das sociedades curdas e conferindo as mulheres um papel ativo na organização, principalmente incentivando a equidade de gênero no recrutamento, no treinamento, nas missões militares, nas posições de liderança e protegendo elas contra abusos sexuais.

É interessante observar que naturalmente quando falamos sobre grupos insurgentes e terroristas, normalmente voltamos o nosso foco para a participação masculina nesse processo, por ser um ambiente majoritariamente dominado por homens e pouco falamos sobre o papel das mulheres em tudo isso, exceto quando elas são destacadas por ataques estratégicos (como ataques-bomba). No caso do PKK, no entanto, observa-se a centralidade da participação feminina na organização, compondo cerca de 40-50% dos membros, sendo elas inclusive posições de liderança (HANER, CULLEN E BENSON, 2019 p.2). Esse fato tem uma ligação particular com a experiência de Apo, que teve sua irmã vendida para casar-se com um estranho e a partir de então, através do grupo, tem expandido sua luta anti-patriarcal e incentivado mulheres a buscar por igualdade através do PKK. Essa questão também se destaca, pois para além de ter que lidar com o colonialismo turco, o PKK também teve que lidar com a própria estrutura “feudal” interna da sociedade curda, que reprimia as mulheres e, portanto, era necessário que esse estado fosse superado. Como dito por Apo em sua obra *Liberating Life: Women’s Revolution*, “the level of women’s freedom and equality determines the freedom and equality of all sections of society” (ÖCALAN, 2013 apud HANER, CULLEN E BENSON, 2019 p.5). Portanto, para que o povo curdo pudesse ser verdadeiramente liberto, as mulheres também precisavam ser.

Assim sendo, Apo passou a integrar essa ideologia feminista diretamente na organização como através da implementação de medidas como conferir a mulheres posições de liderança e autoridade, criando unidades militares especificamente para mulheres, colocando homens em posições secundárias e dando a elas posições que tradicionalmente eram ocupadas por homens, proibindo violência doméstica e sexual, além de banir o casamento forçado (HANER, CULLEN E BENSON, 2019 p.8). Além disso, para além da integração feminina na organização, a questão da equidade também é algo bem latente nesse meio, ou seja, os homens e as mulheres recebem os mesmos tratamentos seja este na distribuição de funções, seja nos treinamentos, nas punições ou nas missões. Ademais, os homens são educados e socializados para aprenderem a lidar com

as mulheres e acima de tudo respeitá-las e quando isso não é cumprido, severas punições são aplicadas. Para além de uma transformação interna no âmago da organização, a aplicação dessa ideologia feminista no PKK, também surtiu efeito na sociedade curda fora da organização, ou seja, muitas tradições seculares de opressão e abuso de mulheres foi encerrada e principalmente o status da mulher na sociedade se modificou, já que o grupo fornecia proteção a mulheres em situação de abuso e aplicava severas punições àqueles que as desrespeitassem (HANER, CULLEN E BENSON, 2019 p.10).

Os motivos que levam as mulheres a se juntarem à organização são diversos, mas dentre eles está a oportunidade que o PKK lhes confere de conseguir superar os limites da sociedade patriarcal curda imposta a elas, seja isto através da educação, do empoderamento através dos treinamentos militares, seja pela possibilidade de obter uma posição de liderança ou pelo desejo de justiça contra as autoridades turcas e/ou pelo luto (HANER, CULLEN E BENSON, 2019). Através disso, o PKK foi responsável por diversas mudanças significativas na sociedade no que tange o direito das mulheres, até mesmo dentro da sociedade turca, já que eles exigem que dentro das entidades políticas curdas estabelecidas no governo da Turquia, que mulheres possuam posições de liderança e que possuam os mesmos direitos (salário e benefícios) que homens que ocupam a mesma posição, e assim, pela primeira vez no Oriente Médio posições de grande importância política passaram a ser ocupadas por homens e mulheres que possuem o mesmo poder de decisão. Essa questão fica bastante explícita em duas passagens da obra *Women and the PKK: Ideology, Gender, and Terrorism* de Murat Haner, Francis T. Cullen e Michael L. Benson: “It is also worth noting that the PKK requires the legal Kurdish political entities in Turkey to allow women to serve in leadership positions” e “A first time in the Middle East, any mayoral positions in Turkey that are won by Kurdish political parties are now run by the cochair system – one man and one woman.”.

É notório que, apesar de o movimento curdo feminista ter se iniciado dentro do PKK através do estabelecimento de mulheres como líderes dentro do grupo e com posições de destaque em suas missões, esse sentimento e organização transcendeu o PKK e surtiu efeitos na sociedade curda, que até então possuía um caráter patriarcal e machista. Esse processo, para além de permanecer no âmbito militar se desenvolveu na esfera política-social de forma em que foi criada uma organização para reivindicar suas demandas fora do Partido, essa organização ficou conhecida como União das Mulheres Patrióticas do Curdistão (1987), que tinha como intuito a luta pela emancipação das mulheres curdas, sendo a primeira organização feminina curda (PIMENTA & SILVA, 2022 p.49). O estabelecimento dessa organização serviu ainda mais como uma forma de impulsionar a presença e os direitos femininos dentro da sociedade e dentro

do PKK. A partir disso, uma série de organizações de mulheres curdas surge ao longo do tempo, como a União das Mulheres Livres do Curdistão, que nasceu entre 1993 e 1995, que surgiu como um projeto militar independente do PKK, além da Comunidade das Mulheres Curdas que reunia um rol mais amplo de mulheres, para além das mulheres de Rojava (PIMENTA & SILVA, 2022 p.49). Nesse sentido, observa-se que ao longo do tempo existiu uma progressão e desenvolvimento cada vez maior da organização de resistência das mulheres curdas, que apesar de ter se iniciado dentro do PKK transcendeu o grupo e transformou a forma de organização e os valores da sociedade curda tradicional.

Neste cenário de luta pela independência das mulheres curdas e pela igualdade de gênero, em 2013 isto foi concretizado através da Constituição, o que mostra um grande avanço nessa luta. Durante os anos de 2013 e 2014, houve uma intensificação dos conflitos na região curda, devido ao aumento da presença do Estado Islâmico no território e neste cenário, a participação das mulheres curdas na luta armada se fez essencial. Considerando que durante todo o tempo de existência da guerrilha armada curda, as lideranças femininas nas guerrilhas foram questionadas de sua legitimidade e força, pelas guerrilhas masculinas, este período foi notório para que elas conquistassem espaço e respeito dentro deste meio, de forma em que através das missões afirmativas promovidas pelo PKK houve um crescimento do respeito interno em relação a elas (PIMENTA & SILVA, 2022 p.50). Ademais, como já mencionado anteriormente, a participação feminina dentro das lutas armadas também foi essencial para a proteção das mulheres dentro da sociedade curda, contra as forças patriarcais. Nesse sentido, observa-se que tanto Haner, Cullen e Benson, como Pimenta e Silva concordam que a presença feminina dentro do PKK e os papéis de liderança conferidos a elas dentro da organização, foram essenciais para a transformação da sociedade curda, de forma em que, o empoderamento feminino se iniciou através da organização e se expandiu para a sociedade, mostrando a influência deste grupo.

## **O PAPEL DO TERRORISMO NO PKK**

### **3.1 Como o terrorismo se apresenta na organização:**

O terrorismo pode ser definido de inúmeras maneiras e possui um ramo diversificado de causas para o seu surgimento. Sendo assim, uma das definições para o terrorismo político provém da intimidação coercitiva, através do uso sistemático de assassinatos, bem como ameaça à segurança e destruição, revelando o terror como uma arma política. Essa questão está muito bem ilustrada em uma passagem da obra *Terrorism and the Liberal State*, do autor e professor de relações internacionais Paul Wilkinson que diz:

Political terrorism may be briefly defined as coercive intimidation. It is the systematic use of murder and destruction, and the threat of murder and destruction in order to terrorize individuals, groups, communities or governments into conceding to the terrorists' political demands (WILKINSON, 1977, p.49).

Essa forma de terrorismo é facilmente identificada nas ações do PKK, já que o objetivo inicial do grupo era político, tomando ações principalmente contra o governo, através da aterrorização e ataques aos civis, como por exemplo através de ataques suicidas. Nesses casos, a propaganda e a mídia são atores essenciais para que o ato atinja o alvo central (geralmente é o governo), pois além de divulgar o ato, divulga a causa. Assim, como ilustrado por Wilkinson:

The victim or victims of the actual act of terrorist violence may or may not be the primary target, and the effects of relatively small amounts of violence will tend to be quite disproportionate in terms of the number of people terrorized, in the words of an ancient Chinese proverb, 'Kill one, frighten ten thousand' (WILKINSON, 1977 p. 49)

Nesse sentido, observa-se que a maioria dos atos terroristas possuem o mesmo objetivo: atingir o maior número de pessoas (física e psicologicamente), mas principalmente o Estado. Apesar disso, os grupos terroristas e ações tomadas por estes adotam diferentes características, podendo ser classificado de maneiras variadas, na medida em que provém de lugares diferentes, com objetivos distintos. Assim sendo, uma das classificações mais conhecidas é o terrorismo separatista, que geralmente é resultado da supressão sistemática dos direitos políticos e sociais, de determinado povo ou etnia dentro de uma sociedade e pode resultar na elaboração de ataques de caráter terrorista pelo grupo em questão. Para esta pesquisa, separatismo será definido como a tentativa de um grupo étnico de alcançar a independência plena da nação a qual ocupa, e/ou a busca por autonomia e direitos dentro de determinada sociedade (NAGEL, 1978 p.3).

A partir disso, pode-se estabelecer algumas condições para que um grupo possa ser de fato classificado como separatista, sendo elas: a existências de diferenças étnicas dentro de limites transfronteiriços; relações desiguais entre o centro e a periferia; penetração estatal dentro da periferia e a organização da periferia capaz promover o movimento (NAGEL, 1978). Um caso muito bom para ilustrar a hipótese formada por Nagel, é a questão da população curda na Turquia e o surgimento do PKK, já que este grupo cumpre com todos os requisitos elaborados pela autora. Isso porque, apesar de a população curda preexistir no território ao qual a Turquia ocupa atualmente, esta população nunca foi bem aceita pelo Estado (diferenças étnicas) e sofreu ao longo dos anos diversas tentativas de assimilação e eliminação (penetração do Estado), ao mesmo tempo em que não possui acesso aos mesmos meios e direitos que os turcos (relação desigual) e por fim, a capacidade de organização do movimento que foi formado por um grupo de estudantes curdos com inclinações esquerdistas. Nagel também associa o separatismo curdo

ao fato de esta população estar dividida entre três nações, as quais todas possuem um baixo grau de desenvolvimento e infraestrutura nas regiões ocupadas pelo grupo, ou seja, confere à questão um grau de disparidade econômica.

Dessa forma, é nítida a relação que pode ser estabelecida entre o desenvolvimento de um grupo separatista e a sua transformação em uma organização terrorista, principalmente no que tange a busca por autonomia política. Na medida em que o equilíbrio de forças entre os dois atores (Estado e grupo terrorista) é desigual, o mais fraco geralmente se utiliza de métodos capazes de atingir o maior número de pessoas, com o menor número de forças, ou seja, se utiliza de meios como o terror psicológico, como estratégia para enfraquecer o Estado. Alguns autores como Nagel, acreditam que existe uma íntima relação entre o terrorismo separatista e a condição econômica da região, ou seja, acredita que o desenvolvimento do terrorismo é mais propício em países e regiões pobres e/ou subdesenvolvidos. Em contraponto, Derin-Güre defende em sua obra *Separatism Terrorism and The Economic Conditions in South-Eastern Turkey*, que não existe uma relação causal entre esses dois fatores supracitados.

Derin-Güre através da análise do Global Terrorism Database explora em sua obra, as diferenças numéricas entre a quantidade de ataques terroristas de grupos separatistas na região sudeste da Turquia, em comparação com regiões do país que são mais desenvolvidas economicamente, mostrando que estes não mudam de maneira significativa. Nesse sentido, o autor propõe em sua pesquisa que o maior risco de ataques terroristas não está relacionado à condição econômica, mas à liberdade política. Esse fator poderia justificar as ações do PKK na Turquia, principalmente pelo fato de que a maior reivindicação e objetivo inicial do grupo era a conquista de um Estado nacional curdo, onde estes poderiam ter direitos políticos, sociais, culturais, diferentemente do que ocorre com essa população no país. Através disso, entende-se que, o terrorismo nada mais é do que uma arma política utilizada pelo PKK com o intuito de reivindicar os direitos da população curda, trata-se da instrumentalização do medo e do uso da força, como uma forma de atingir o Estados e trazer visibilidade para a causa.

### **3.2 Contraterrorismo turco e suas consequências para o PKK**

Primeiramente, é essencial entender o que é o contraterrorismo, esta prática se refere a um conjunto de práticas, táticas e estratégias que governos, militares e outros grupos, adotam para se opor ao terrorismo. Estas práticas podem acontecer através de diferentes maneiras, como através de medidas diplomáticas, criminalização, leis de prevenção, medidas intervencionistas, entre outros. Ademais, essas práticas que geralmente provém de organizações estatais e se dedicam a grupos terroristas e/ou insurgentes, podem vir acompanhadas de ações de extrema

violência e perseguição contra um grupo específico, o que pode caracterizar esses atos também, como terrorismo de Estado. Isso porque, a questão do terrorismo gira muito entorno do tema de Segurança Internacional, já que através da sistematização deste ato como uma ameaça de segurança nacional e internacional, as elites políticas justificam o uso extremo da força para eliminar e combater as ameaças terroristas (SATANA & DEMIREL-PEGG, 2018 p.4). Dessa forma, é possível observar nas ações do governo turco para com o PKK e com a população curda no geral, medidas que nitidamente se enquadram nessas definições.

É notório que os ataques de 11 de setembro moldaram a forma com que o mundo enxerga o terrorismo e a violência provinda de forças externas ao Estado. Barry Buzan e Lene Hansen estudam de que maneira esses ataques terroristas contra a maior potência militar mundial (Estados Unidos) afetou os Estudos de Segurança Internacional (ESI). Isso porque, a partir desse evento enxerga-se uma ruptura da ordem mundial, que até então, pós fim da Guerra Fria, era considerada estável. Uma das características principais disso é a mudança do enfoque da literatura, não mais tão voltado à segurança e sim à violência política e no que tange os tradicionalistas, da guerra entre Estados para conflitos com atores não estatais (BUZAN & HANSEN, 2012 p. 342). Observa-se então, que a partir desse evento existe uma mobilização mundial – principalmente causada pela GGcT – em relação aos métodos utilizados para combater os terroristas, ou seja, qualquer meio seria válido desde que fosse destinado a combater o terrorismo, o que se revelou através de um uso extremo da força e da violência com a população, principalmente naqueles países em que existia a presença de forças insurgentes de caráter terrorista, como o caso do PKK na Turquia. Nesse sentido, observa-se que a questão do terrorismo é tão notória, pois não se trata apenas de um ato de violência contra civis (em sua maioria), mas de um ato questionamento da legitimidade e do monopólio da força por parte do Estado, o que justificaria esse uso extremo da força estatal em prol da manutenção da segurança nacional, resultando em medidas contraterroristas extremamente repressivas.

É fato que desde o momento em que o PKK emergiu na Turquia, o governo tem aplicado diversas medidas de caráter contraterroristas contra o grupo e contra a população curda no geral, seja através de tentativas de assimilação – como por meio de medidas restritivas em relação à prática da língua curda, da cultura e religião – seja pelo deslocamento forçado e expulsão desse povo, perseguição, seja pela declaração de Estado de emergência e consequente aumento do controle policial. Kim e Yun em sua obra *What Works? Countermeasures to Terrorism: A Case Study of PKK*, fazem um estudo sobre as diferentes medidas adotadas pela Turquia durante os anos e seus efeitos sobre as atividades do grupo. Sendo assim, os autores trazem três abordagens teóricas principais para tentar explicar essa questão, sendo a primeira a “teoria da dissuasão”,

que se refere a criação de políticas que aumentem os custos das atividades terroristas, ou seja, aplicação de leis mais rígidas e operações militares, perseguição, captura do líder, entre outros; esse método foi parcialmente efetivo, mas não suficiente para eliminar o grupo, como analisado pelos autores do texto (KIM & YUN, 2011, p. 67).

Em seguida, eles apresentam a “teoria da resistência”, que defende a aplicação de políticas repressivas, como a proibição da língua curda, repressão militar e declaração de estado de emergência – possibilitando detenções arbitrárias e uso indevido da força policial – essa teoria no geral apresentou um resultado contraproducente, ou seja, ao invés de combater o PKK fortaleceu o apoio da população curda a ele (KIM & YUN, 2011, p. 68). Essa teoria converge muito com a abordagem de Derin-Güre sobre o assunto, que defende que a atuação do PKK não está relacionada com a questão econômica da região e sim com a liberdade política do povo curdo, o que é comprovado pela análise de Kim e Yun, como pode ser observado no trecho: “[...] violent military actions or harsh criminal sanctions may be counterproductive by actually increasing the recruitment and public support for terrorist groups by transforming slain terrorists into martyrs while simultaneously decreasing the legitimacy of the government” (KIM & YUN, p.68).

Por fim, os autores trazem a abordagem de Crenshaw sobre o assunto através da “teoria da desistência”, que defende que o fim do terrorismo só pode ser alcançado através de uma combinação de estratégias, como repressão, redução do apoio público e eliminação de seus pontos de apoio. Eles analisam que com a flexibilização da utilização da língua curda, combinado com um redirecionamento da política externa turca – em direção a uma aliança com a Síria para combate do PKK – e o deslocamento forçado dos curdos teve um efeito mais significativo nas ações do grupo, cortando seus apoios pela raiz (KIM & YUN, p.68). Isso, no entanto, não foi suficiente para cessar as atividades do grupo, isso porque, como já mencionado anteriormente trata-se uma organização extremamente hierarquizada e complexa, que conta com uma rede extensa de aliados e de financiamento. Ademais, o combate do terrorismo do PKK na Turquia, não está apenas relacionado com a cisão das atividades do grupo, mas de fato com a resolução da questão curda, através do estabelecimento de direitos igualitários e territoriais a essa população. Nesse sentido, observa-se que o terrorismo e o contraterrorismo, por sua vez, possuem um papel central para entender as ações e prospecções do grupo.

Como abordado anteriormente, as ações de caráter contraterrorista adotadas pelo governo turco para combater o PKK, não só têm sido direcionadas ao grupo em si, mas à população curda como um todo. Essas ações, são majoritariamente dotadas de medidas extremamente violentas e que minam uma série de conceitos da democracia – forma de governo estabelecida

no país – sendo composta por operações armadas, seguidas pelo estabelecimento de leis punitivas de caráter anti-terrorista. Um exemplo latente disso, foi o estabelecimento de um estado de emergência na região ocupada pela população curda na Turquia, que foi seguida por uma intensa deterioração dos direitos humanos na região, que incluía o desaparecimento de pessoas que eram detidas pela polícia, execuções arbitrárias, tortura e morte nas prisões do sudeste da Turquia (SATANA & DEMIREL-PEGG, 2018 p.8). Esses fatos, somados com a arbitrariedade política que rege no país de forma geral, poderia indicar que para além da adoção de medidas contraterroristas contra o PKK, a Turquia estaria se utilizando de seu monopólio legal da força contra uma parcela específica de sua população (os curdos), com o intuito de provocar medo extremo e oprimir essa parcela étnica do país.

Para entender as ações do governo Turco para com o PKK e contra a população curda, é essencial entender o conceito de terrorismo de Estado. De acordo com a definição de Ruth Blakeley, o terrorismo de Estado se refere a um conjunto de práticas coercitivas instrumentalizadas pela política externa dos Estados liberais, de forma que, pode ser entendido como ameaças ou atos de violência por parte de agentes do Estado, com intuito de provocar medo extremo em uma audiência específica com a intenção de coagi-los a mudar seu comportamento (BLAKELEY, 2009 p.1). Blakeley estabelece que existem quatro preceitos principais para que possa ser identificado o terrorismo de Estado, sendo eles: atos de violência deliberada contra indivíduos que o Estado deveria proteger (ou a ameaça deste); atos de violência realizados por agentes do Estado ou em conjunção com este; esses atos de violência devem possuir o intuito principal de induzir medo extremo em uma parcela da população específica e por fim, a partir desses atos de violência essa população é coagida a mudar seu comportamento de alguma maneira (BLAKELEY, 2009 p.30).

Nesse sentido, observa-se que as ações contraterroristas por parte do Estado contra o PKK, que visam minar a atuação do grupo no país, não são só direcionadas a eles como à população curda no geral, promovendo uma perseguição e repressão extrema desse povo. Assim sendo, é possível identificar características de terrorismo de Estado por parte da Turquia para com os curdos, de forma que os quatro preceitos estabelecidos por Blakeley podem ser identificados nas ações do Estado turco. Um exemplo disso, foi o estabelecimento de um Estado de emergência na região sudeste do país (região majoritariamente ocupada pelos curdos), com a presença latente de agentes militares e forças de segurança do governo, em que foi observado o desaparecimento de pessoas que eram detidas pela polícia, execuções deliberadas, tortura e morte nas prisões, entre outros. Dessa forma, é passível de entendimento que as ações adotadas pela Turquia não são apenas voltadas para combater e eliminar o PKK, mas também à população

curda, já que desde os primórdios do Estado turco observa-se tentativas de assimilação e apagamento dessa parcela da população.

### 3.3 “Labelling” e seus efeitos na luta curda:

Além disso, vale destacar que apesar de o PKK adotar posturas de caráter terrorista, possuindo diversas ramificações e com um intenso histórico de violência e atividades criminosas, o objetivo inicial da organização era o estabelecimento de um Estado nacional curdo. O fato de se tratar de uma organização terrorista, pode deslegitimar a causa, ao mesmo tempo em que legitima ações violentas do Estado contra uma etnia em prol da luta contra o terrorismo, o que torna o ato de nomear um grupo de pessoas e atos como “terroristas” uma estratégia política. Isso porque, ao nomear o outro como inimigo, existe uma normalização do uso extremo de violência e adoção de políticas restritivas que desrespeitam direitos básicos, principalmente pelo Estado, que possui o uso legítimo da força (BARRINHA, 2011).

O discurso é uma parte essencial do processo político de formação de qualquer ator, grupo e conflito, principalmente dos dois últimos citados. Isso porque, o discurso é o que se propaga, é a materialização da política, sendo na maioria das vezes a reprodução do pensamento dos atores hegemônicos ou especificamente de um ator, conferindo certa legitimidade (ou a falta dela) a uma causa ou grupo político. Nesse sentido, a nomeação de determinado ator como “terrorista” vem automaticamente acompanhada de discursos anti-terroristas, providos de ações violentas e restritivas, como afirmado por André Barrinha em sua obra *The Political Importance of labelling: Terrorism and Turkey's discourse on the PKK*: “For example, discourses on terrorism are inextricably linked to the appearance and deployment of a counterterrorism discourse, which in turn leads to a whole set of practices associated with ‘counterterrorism’.” Sendo assim, essa nomeação gera um forte efeito na sociedade, tirando o foco da causa e apenas concentrando a atenção na ação ou tipo de grupo (neste caso terrorista), refletindo também na maneira com que a população se relaciona com certa etnia ou nacionalidade. Isso porque, eles deixam de ser vistos como cidadãos e passam a ser vistos como rebeldes, que estão tentando desestabilizar o país e causar insegurança, pelo uso “ilegítimo” da força (BARRINHA, 2011).

A rotulação do terrorismo também gera uma normalização do termo e do uso extremo e as vezes injustificável da força pelo Estado, já que todas as ações são justificáveis em prol da manutenção da segurança nacional. Um exemplo muito claro disso pode ser observado na Turquia e a relação do governo do país com o PKK, que tem o grupo como seu inimigo não-oficial e ilegítimo, o que promove um intenso processo de despolitização e desumanização do movimento e da causa curda (BARRINHA, 2011). Ou seja, para além do apagamento da

existência do grupo, essa ação gera um apagamento da população curda e da sua luta por direitos, ao mesmo tempo em que promove a eliminação e a migração forçada desse povo.

Na mesma medida, Anais Chagankerian em sua obra *“The Delegitimizing Power of the ‘Terrorism’ Label”* discute como a atribuição do nome terrorista a algo ou alguém possui uma conotação política de deslegitimação, de acordo com os interesses específicos do ator. Isso porque, Chagankerian argumenta que o fato de não existir um consenso internacional para a definição do que é o terrorismo, confere aos governantes e aos atores políticos a liberdade de usar essa palavra de maneira indiscriminada e até mesmo de forma “promíscua”. Essa questão se justifica pelo fato de que chamar um ator de terrorista, implica associar medo às ações que partem desse indivíduo, fazendo com que o alvo da mensagem passe a temer pela própria vida e pela vida daqueles que o cercam quando o ator “terrorista” entra em pauta, demonstrando o poder do discurso de acordo com a teoria construtivista, ou seja, que o meio é responsável por moldar as ações e pensamentos do indivíduo, influenciando a forma com que estas pessoas enxergam determinados assuntos de acordo com os discursos aos quais estes foram expostos (CHAGANKERIAN, 2013 p.2).

Nesse sentido, o fato de a palavra “terrorismo” estar constantemente associada a coisas negativas, faz com que as ações dos grupos e/ou indivíduos por trás dessa rotulação sejam deslegitimadas, apagadas e conseqüentemente consideradas injustificáveis, ou seja, eles passam a serem vistos meramente como disruptores da ordem e da segurança nacional, visando apenas desestabilizar o Estado e não como defensores de uma causa política (que na maioria das vezes é o que está por trás das motivações das organizações terroristas). Essa questão fica muito clara em uma passagem da obra de Chagankerian: “[...] calling them terrorists delegitimizes their motives in the sense that they are described as being pure manifestations of hatred and sometimes jealousy, aiming to disrupt a society’s order”. O autor argumenta que esses discursos geralmente vêm acompanhados de um “jogo de securitização da linguagem”, em que a atenção dos indivíduos é direcionada para os atos violentos do grupo rotulado e não para a legitimidade das motivações políticas por trás disso, na mesma medida em que afasta a atenção do público às ações do rotulador que possam estar causando tal reação dos tão chamados “terroristas”. Assim sendo, o ato de rotular o terrorismo é efetivo de duas maneiras, a primeira sendo a associação do ato com a irracionalidade – sendo somente motivado pela violência – e a segunda é pela isenção do rotulador de qualquer responsabilidade sobre o assunto, já que por serem caracterizados como cruéis e injustos, as negociações com grupos terroristas são extremamente desencorajadas, reafirmando a posição deles como ilegítimos e ameaças em potencial (CHAGANKERIAN, 2013 p.3).

Diante do exposto, observa-se que Barrinha e Chagankerian convergem na abordagem sobre o assunto, já que ambos defendem que o *labelling* tem um poder deslegitimar as ações e causas políticas por trás dos ataques terroristas. Ambos reconhecem que o Estado e os atores políticos instrumentalizam a rotulação do terrorismo como uma forma de silenciar os grupos insurgentes e também de se isentar das suas responsabilidades sobre o fator disruptivo. Além disso, o *labelling* cria um imaginário social na população, de medo e rejeição em relação aos atores envolvidos nos atos terroristas, que por mais que de fato gerem certa disrupção na sociedade, na maioria das vezes são movidos por causas políticas ocultas. Os autores também concordam no que diz respeito ao papel que o *labelling* possui na causa curda e do desenvolvimento do PKK, já que ambos defendem que esta nada mais é do que mais uma estratégia do governo turco para tentar silenciar a população curda, enquanto mantém uma cultura repressiva e assimilativa internamente para com esse povo.

Em consonância, Lisa Stampnitzky, uma das mais importantes estudiosas do tema, tenta entender em sua obra, de que maneira o terrorismo pode ser considerado um conceito socialmente construído e instrumentalizado pelas forças políticas e estatais de acordo com os seus objetivos específicos. Ela defende que desde o 11 de setembro a imagem dos terroristas tem sido construída como se estes fossem seres patológicos e agentes do mal, sendo a melhor maneira de lidar com isso, com eles, o estabelecimento de uma guerra contra o terror, que se iniciou durante o governo de George Bush e tem sido travada desde então pelos Estados Unidos (STAMPNITZKY, 2013 p.3). A construção dessa imagem, confere a eles um caráter de irracionalidade que estaria associado à ao fato de se suas ações serem injustificáveis e ilegítimas. Nesse sentido, ela defende que o terrorismo se tornou o discurso dominante no entendimento de violências políticas ilegítimas, de forma em que observa-se o estabelecimento do termo como um problema emergente, que foi acompanhado simultaneamente pelo surgimento de novos estudiosos do assunto, que visavam moldar esse conceito dentro de um preceito de racionalidade. Assim sendo, ao enquadrar os atos de terrorismo dentro de um caráter de irracionalidade observa-se a rejeição por parte do Estado e da sociedade em considerar os terroristas e suas reivindicações legítimas, de forma em que, se estes fossem considerados como racionais, deveria ser levado em consideração que eles podem ter explicações lógicas para suas ações, mas ao negá-los disso enxerga-se que a única ação passível a eles seria a violência (STAMPNITZKY, 2013 p.4).

Dessa maneira, observa-se que todos os autores aqui citados, apesar de possuírem obras sobre diferentes assuntos e opiniões distintas em relação a certos aspectos do movimento, possuem uma coisa em comum que é defender a existência de um movimento em prol dos

direitos da população curda. Isso porque, Barrinha e Chagankerian ao trazer a tona a questão do papel do *labelling* no terrorismo, embasa os argumentos de Nagel e de Derin-Güre de que a existência de um grupo separatista terrorista não está necessariamente relacionada apenas a questão econômica, mas principalmente política. Além disso, destaca-se também o papel do Estado ao estabelecer este ator como inimigo, provocando um movimento ainda maior de dispersão dessa sociedade, o que é comprovado pelos estudos de Lisa Stampnitzky. Visto que, a população curda sofre uma forte repressão e opressão dentro da sociedade turca, esse fator gerou um forte movimento de migração forçada dessa população, principalmente para a Europa, onde posteriormente, de acordo com Teymur e Smith, o PKK desenvolveria fortes bases de sua organização criminosa.

#### **4. Conclusão:**

Em suma, é possível observar que o PKK possui uma trajetória muito particular, não só no que tange a sua formação, constituição e manutenção, mas também no que tange suas características internas, de forma em que isso está intimamente relacionado com a história do povo curdo e seu histórico de repressão dentro da Turquia. Os curdos surgem como atores regionais relevantes durante o Império Otomano, quando ainda havia uma convivência relativamente pacífica com o império, mas onde já era possível observar os sinais de desejo de independência para com o território Otomano. Nesse sentido, com o declínio do império a insurgência desse nacionalismo curdo se intensificou e com ele as forças de resistência deste povo, marcando um período de intensos conflitos no território. Foi com o estabelecimento do Estado da Turquia que esses conflitos se intensificaram ainda mais, principalmente devido às diversas tentativas de assimilação que este povo sofreu, o que proporcionou o cenário perfeito para a emergência do PKK enquanto ator revolucionário.

Apesar de no início o grupo possuir um caráter de organização estudantil reformista, com o tempo observa-se o desenvolvimento de uma maior organização interna e com isso o surgimento de uma maior complexidade em sua composição e estabelecimento de diretrizes. Tendo suas bases fundadas numa lógica Marxista-Leninista, o PKK, desde o início constituía uma luta revolucionária, que tinha como principal intuito a libertação do povo curdo, isso no entanto, não foi bem aceito pelo Estado turco que respondeu à formação grupo com violência, principalmente devido ao caráter terrorista do PKK. Com o tempo, a estrutura interna do grupo não só cresceu e se tornou mais complexa, através do estabelecimento do Confederalismo Democrático, como se desenvolveu para além do território do Estado turco, através da

realização de atividades ilícitas, como crime organizado, tráfico de drogas e de armas, imigração ilegal, entre outros, como maneira de financiar suas atividades e membros.

Ainda que o PKK de fato tenha adotado um caráter terrorista e criminoso, através da realização de atividades ilícitas, é notório que este tinha, desde o início, o intuito de lutar pelos direitos curdos dentro da sociedade turca, que sempre os oprimiu e reprimiu com violência. São diversos os motivos que levam a um determinado grupo a adotar o terrorismo como estratégia política, mas principalmente, isso está relacionado com o fato de se tratar de forças alheias ao Estado e ilegítimas a ele, e que, portanto, não possuem os mesmos meios políticos e nem militares necessários para se opor a esta instituição, que possui o monopólio legal da força. Ao contrário do que muitos podem pensar, o desenvolvimento de organizações terroristas não está diretamente relacionado com questões econômicas, mas sim com o grau de liberdade que determinada população - geralmente minorias - possuem dentro de uma sociedade. Nesse sentido, observa-se que o PKK é resultado direto dos anos de repressão e tentativas de assimilação por parte do governo turco para com a população curda.

Assim sendo, observa-se que existe uma intensa instrumentalização na literatura a respeito do conceito de terrorismo, que muitas vezes é deliberadamente utilizado como uma maneira de deslegitimar um grupo ou ação. Essa questão pode ser muito observada na trajetória política do PKK dentro da Turquia, de acordo com o conceito de *labelling*, que se refere ao ato de nomear o seu inimigo. Isso porque, a caracterização de algo ou alguém como terrorista é dotada de um sentido pejorativo, de maneira em que constantemente está associado a palavras negativas e ações violentas, denominadas como anti-terroristas. Nesse sentido, a denominação de algo ou alguém como terrorista confere ao ator um caráter de ilegitimidade e irracionalidade, de maneira em que quaisquer ações seriam válidas em nome do combate ao terrorismo e à proteção da segurança nacional, conferindo ao Estado o poder de se utilizar da força de maneira deliberada contra esses atores. Assim, é notório que a Turquia, através da instrumentalização do conceito de terrorismo, se utiliza de métodos contraterroristas extremamente violentos contra o PKK, além de uma intensa perseguição ao povo curdo, podendo caracterizar algumas dessas ações como terrorismo de Estado.

Ademais, é notório que enquanto organização insurgente terrorista, o PKK, não só teve um efeito internacional no mundo através de seus atos e reivindicações, como transformou de maneiras significativas as sociedades seculares turca e curda. Isso porque, Abdullah Öcalan, líder do grupo, ao estabelecer as bases do PKK através de uma ideologia Marxista-Leninista, acreditava que a verdadeira libertação do povo curdo só poderia acontecer através do estabelecimento da liberdade e igualdade entre homens e mulheres, portanto, implementou uma

série de iniciativas dentro do PKK que visavam a integração e proteção das mulheres, conferindo à elas posições de liderança e estabelecendo estritamente os preceitos da igualdade de gênero. Essas iniciativas, apesar de terem se iniciado dentro do grupo, se expandiram para a sociedade curda como um todo, que antes possuía uma estrutura tribal extremamente machista e patriarcal, onde as mulheres eram vendidas para o casamento e eram constantemente vítimas de abuso e violência, além de não possuírem nenhum tipo de direito. Assim sendo, observa-se que o PKK não foi só importante para a luta curda e para a visibilidade da causa, mas para a luta feminina como um todo, trazendo uma transformação sobre o papel dos grupos revolucionários no mundo. É muito significativo analisar que por mais que o grupo tenha declarado o encerramento de suas atividades recentemente, eles foram responsáveis por uma grande transformação na sociedade curda e também mostraram o impacto que essas lutas revolucionárias podem ter no mundo. Com isso, a famosa frase “One man's terrorist is another man's freedom fighter”, nunca fez tanto sentido, já que a trajetória do PKK está intimamente relacionada com a busca pela liberdade através do viés da ilegitimidade.

## 5. Referências Bibliográficas:

BARRINHA, André. The political importance of labelling: terrorism and Turkey's discourse on the PKK, **Critical Studies on Terrorism**, 2011. Routledge, Taylor & Francis Group. 4:2, 163-180, DOI: 10.1080/17539153.2011.586203.

CAMPOS, Pedro Olavo Carregosa. **Formação e Reformulação do PKK**. 2017. 36 f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3000/monografia-hist%c3%b3ria%20do%20povo%20curdo%20breformula%c3%a7%c3%a3o%20do%20PKK-%20texto%20alterado.%281%29PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CHAGANKERIAN, Anais. **The Delegitimizing Power of the ‘Terrorism‘ Label**. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/07/18/the-delegitimizing-power-of-the-terrorism-label/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CONCEPTUALISING state terrorism. *In*: BLAKELEY, Ruth. **State Terrorism and Neoliberalism: The North in the South**. [S. l.: s. n.], 2009. cap. 2, p. 25-53.

DEERIN-GÜRE, Pinar. SEPARATIST TERRORISM AND THE ECONOMIC CONDITIONS IN SOUTH-EASTERN TURKEY, **Defence and Peace Economics**, 2011, 22:4, 393-407, DOI: 10.1080/10242694.2010.491727.

GABRIELA DE LIMA PIMENTA, Adressa; PIRES E SILVA, Stéfani. ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CURDAS EM GUERRILHAS E OS REFLEXOS SOBRE UMA REVOLUÇÃO EM CURSO. **COPRI UFU 2022**, [S. l.], p. 46-51, 11 fev. 2022

HANER, Murat; T. CULLEN, Francis; L. BENSON, Michael. Women and the PKK: Ideology, Gender, and Terrorism. **International Criminal Justice Review**, Estados Unidos, p. 1-23, 13 fev. 2019. DOI 10.1177/1057567719826632. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1057567719826632>. Acesso em: 15 nov. 2024.

JONGERDEN, Joost. Colonialism, Self-Determination and Independence: The New PKK Paradigm. **Political Science**, [S. l.], p. 100-121, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Colonialism%2C-Self-Determination-and-Independence-%3A-Jongerden/178f46ed4862e1cd4105e0fe2921fffd8099476c>. Acesso em: 17 nov. 2024.

KIM, Eunyoung & YUN, Minwoo (2008) **What Works? Countermeasures to Terrorism: A Case Study of PKK**, **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, 32:1, 65-88, DOI: 10.1080/01924036.2008.9678778

NAGEL, Joane. **The Conditions of Ethnic Separatism: The Kurds in Turkey, Iran, and Iraq.**, [S. l.], p. 3-33, Maio 1978.

NASSER, Reginaldo. As Falácias do Conceito de “terrorismo Religioso”, in: SOUZA, André de Mello; NASSER, Reginaldo; FRACALOSSO, Rodrigo. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror : reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. Brasília: Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. 2014.

RESPONDENDO ao 11 de Setembro: Um Retorno à Segurança Nacional?. In: BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. [S. l.: s. n.], 2012. cap. 8, p. 341-383. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=1584>. Acesso em: 31 maio 2025

ROTH, Mitchel P & SEVER, Murat (2007) **The Kurdish Workers Party (PKK) as Criminal Syndicate: Funding Terrorism through Organized Crime, A Case Study**, **Studies in Conflict & Terrorism**, 30:10, 901-920, DOI: 10.1080/10576100701558620

S. SATANA, Nil; DEMIREL-PEGG, Tijen. Military Counterterrorism Measures, Civil–Military Relations, and Democracy: The Cases of Turkey and the United States. **Studies in Conflict & Terrorism**, [s. l.], 2018.

STAMPNITZKY, Lisa. Introduction. In: STAMPNITZKY, Lisa. **Disciplining terror: how experts invented “terrorism”**. NY: Cambridge University Press. 2013. Pp. 1-9.

TEYMUR, Samih; J. SMITH, Cindy. History, Ideology, Structure and Strategy. In: DURNA, Tuncay; GOKTEPE, Ferhat; KEELING, Debora. **The PKK: A Decades - old Brutal Kurdish-Terrorist Organization**. [S. l.: s. n.], 2008. cap. 2, p. 17-38.

WILKINSON, Paul. Terror and Terrorism: Concepts, Characteristics and Typology. In: WILKINSON, Paul. **Terrorism and the Liberal State**. 1977, pp. 47-63.